



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2013.**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Solicita à Advocacia Geral da União (AGU) informação sobre as explicações fornecidas ao Conselho de Ética da Presidência em relação à conduta do Sr. Ministro Luis Adams.*

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas à Advocacia Geral da União informações sobre:

– as explicações fornecidas ao Conselho de Ética da Presidência da República sobre a conduta do Sr. Ministro LUIS INÁCIO LUCENA ADAMS, Advogado Geral da União, na condução interna da Operação Porto Seguro.

– o arquivamento da sindicância interna que apurou o envolvimento de servidores daquele órgão.

**Justificativa**

Esta operação da Polícia Federal, denominada Porto Seguro, detectou fraudes em pareceres técnicos de órgãos públicos para beneficiar empresas privadas, bem com o tráfico de influências de altos funcionários da Presidência da República, em particular a Sr<sup>a</sup>. ROSEMARY NORONHA.

O PPS protocolou representação junto ao Ministério Público pedindo a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônicos e de e-mails da Sr<sup>a</sup> Rosemary, ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois da descoberta do envolvimento de servidores da AGU no esquema de fraudes, uma sindicância interna do órgão que listava "evidentes indícios" de irregularidades na conduta de Adams foi arquivada, conforme reportagem do jornal *Folha de São Paulo*.

O objetivo central deste pedido de informação é esclarecer a verdadeira extensão das ações dos envolvidos em mais um escândalo do qual fazem parte personagens tão próximas do Chefe do Executivo Federal.

Sala das Sessões, em                      de março de 2013.

Deputado Rubens Bueno  
PPS/PR